

Nesta entrevista exclusiva a Aurea Lopes, do JT, o ministro da Educação revela: teremos mais universitários, aumenta o ano letivo e o governo estuda eleições diretas para reitor

Agora os brasileiros vão estudar mais

O ministro Carlos Chiarelli foi reprovado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mas aprovado na Universidade de São Paulo (USP). Ao anunciar um decreto que permite às escolas facilitarem os concursos vestibulares, ele foi criticado pelo reitor da Unicamp, apoiado pelo reitor da USP, advertido por educadores e louvado por cerca de 2 milhões de estudantes que devem prestar os próximos exames.

Essa, porém, não é uma equação onde apenas uma das alternativas é correta, se considerarmos o quadro - negro - da educação brasileira: 22% dos professores são leigos, 20% das crianças entre 7 e 14 anos e 85% dos jovens entre 7 e 15 anos estão fora das escolas. As universidades federais, driblando a crise financeira, passaram o ano de 1989 entre greves de professores e funcionários, chegando a fechar cursos por falta de infraestrutura.

Nesta entrevista exclusiva para o Jornal da Tarde, Carlos Chiarelli explica que o governo pretende dar autonomia às instituições de ensino a começar por deixá-las decidir sobre a forma de selecionar seus calouros. Também revela que o ano letivo vai aumentar para todos os graus e admite que estudará propostas de eleições diretas para reitores. Defendendo-se das críticas de educadores preocupados com a perda de qualidade do ensino superior diante da exigência de preenchimento de vagas ociosas, o ministro usa uma técnica de avanço adquirida quando cursou Direito na Univervidade Federal de Pelotas (3 estrelas, numa classificação de 1 a 5, segundo Guia do Estudante). "De mim, esperem trabalho", revida.

Como será o vestibular

Jornal da Tarde - Com as novas regras que permitem a cada universidade decidir a forma de selecionar os candidatos a seus cursos, será possível criar-se uma nova forma de admissão que não seja o exame vestibular?

Carlos Chiarelli - A idéia fundamental é que nós possamos ter assegurada a absoluta autonomia das universidades em fixar os critérios de ingresso de alunos. O que não é novidade nenhuma, pois no mundo inteiro são as universidades que definem essas regras de admissão - desde a abertura total como no Uruguai e na Argentina, onde o jovem termina o 2º grau e já se matricula na faculdade, até formas mais rigorosas de alguns países da Europa onde o exame final de habilitação do 2º grau é o determinante para o ingresso na faculdade. Em países com um desenvolvimento cultural e econômico quase que homogêneo nas diferentes regiões, o problema é fácil de ser resolvido. Mas num país como o Brasil, com suas desigualdades, não seria justofazer um mesmo exame para medir a habilitação dos alunos que terminaram o 2º grau. Essa proposta de autonomia, portanto, também permite que a universidade integre-se à sua realidade social, cultural e geográfica. Assim, ela pode fazer o exame classificatório total, que seria o que admite qualquer um dentro do limite de vagas, seja qual for a nota; o classificatório parcial, que seria uma redução do nível mínimo para 2 ou 3; o classificatório com exigência de equalização, que é aquele em que o aluno entra sem exigências maiores até o limite de vagas e depois tem um semestre para reforçar o conhecimento (e se nãoconseguir acompanhar pode ser retirado ou não ser promovido). Ou entãoa universidade poderá fazer um habilitatório até mais rigoroso do que o que já existe. Para facilitar a mecânica, estamos deixando que seja feito até um segundo vestibular. O importante é que não sobrem vagas e para isso há ainda as possibilidades de se aceitar transferências mesmo de escolas particulares. Temos que multiplicar o aproveitamento.

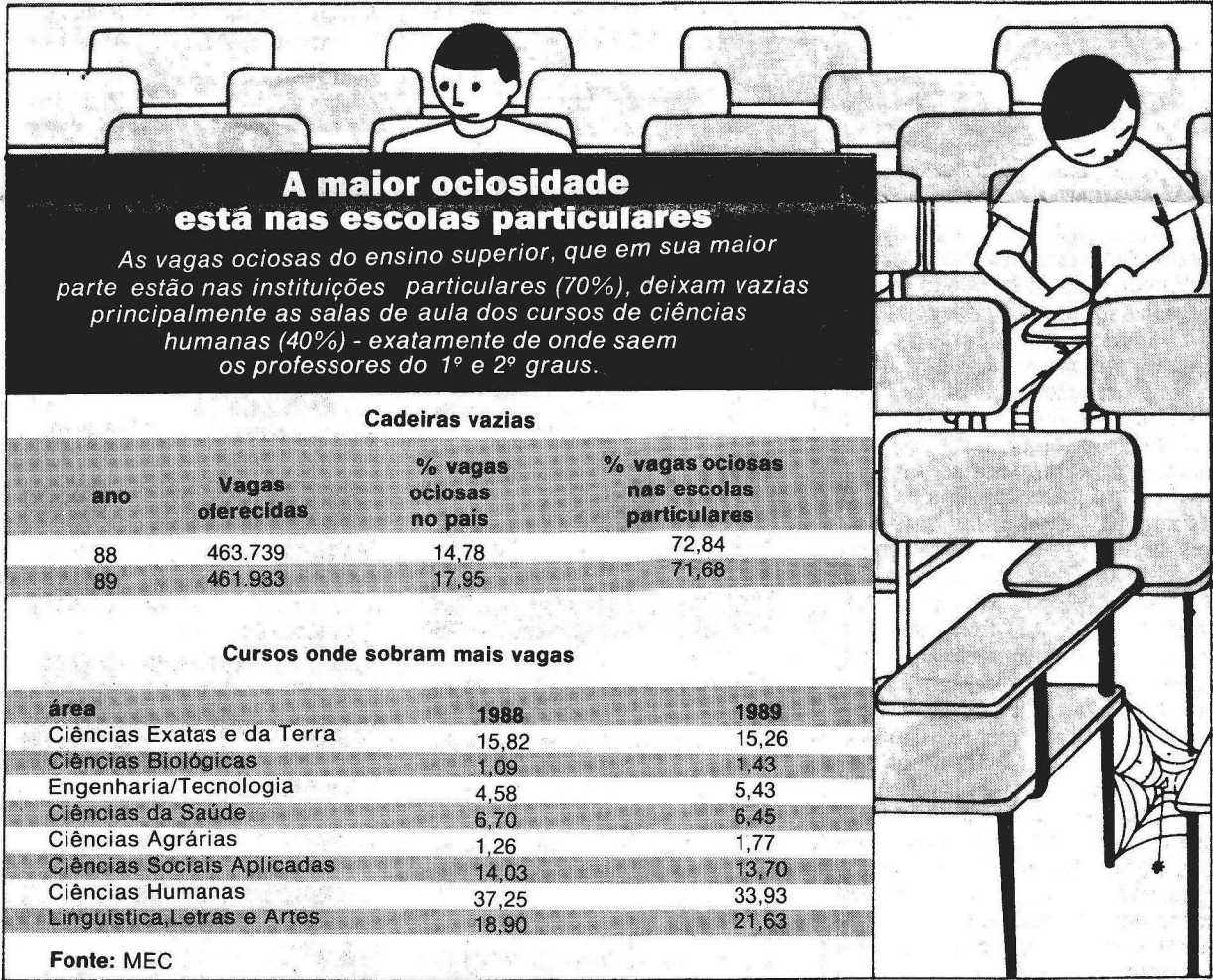
A principal crítica dos educadores à nova proposta para o vestibular é de que uma mudança nas regras do ensino de 3º grau não deveria estar desvinculada de um cuidado com o 2º grau. Quais são os seus planos para melhoria do 1º e 2º graus?

As pessoas são discursivas e não produtivas. Todos sabem que ovestibular é traumatizantes, que não é adequado à cada

A autonomia das universidades para decidirem como farão seus vestibulares é a principal novidade do decreto que o ministro Carlos Chiarelli enviou ao presidente Fernando Collor



Ricardo Chaves/AE



região, que acaba beneficiando aqueles que fazem cursinho. Então você mexe na estrutura funcional da universidade, você corta gastos excessivos, exige aproveitamento de espaços, preserva a qualidade, investe em laboratórios etc. Mas isso não quer dizer nada. Não vale a pena porque você não mexeu ainda no 2º grau?! Há 20 anos que não se dá um cruzeiro para o 2º grau. Nós estamos com um projeto de lei que prevê, depois de muitos anos, 2,5 bilhões de cruzeiros para o ensino de 2º grau - a gata borralheira do sistema. Não podem pedir que nós em quatro meses e meio - sobretudo quando se trata de educação, uma coisa que tem que ser cuidada - já tenhamos tomado medidas fantásticas. A preocupação é válida, mas vamos passar alguns meses corrigindo o problema.

Hoje não importa o conteúdo

Uma equação invertida descreve o atual quadro do ensino brasileiro. O 2º grau público é considerado ruim e o 2º grau particular oferece melhor nível de ensino. Já no 3º grau, as melhores opções estão na rede pública, com poucas excessões na área particular.

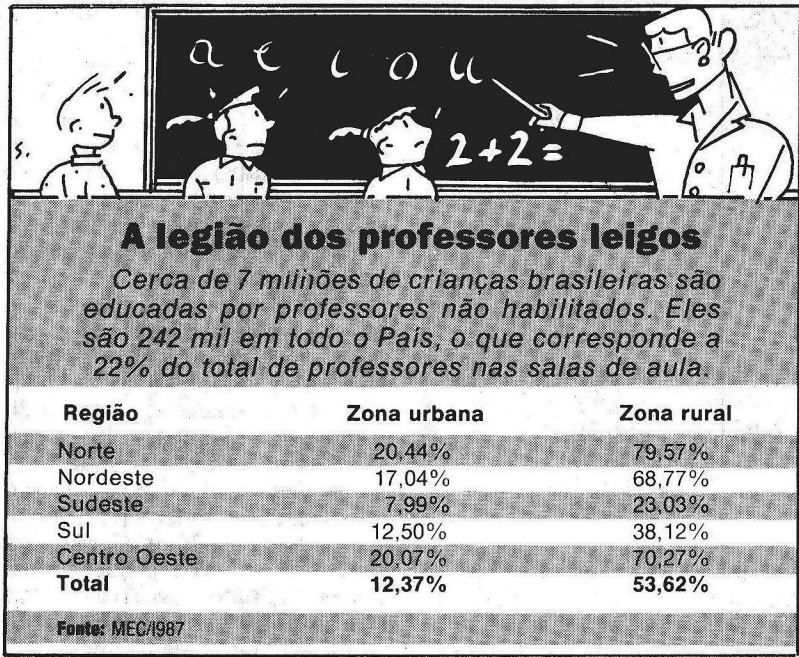
Qual a sua opinião sobre essa contradição?

Isto é uma verdade, mas não toda a verdade. Mesmo que o aluno seja bom, mesmo que haja vaga, como faz quem precisa trabalhar, se as universidades só funcionam de dia? Vai ter que cair na universidade privada, que funciona à noite. Então constamos que, primeiro, a escola pública em regra geral é menos qualificada que a escola privada; segundo, o vestibular hoje é feito aos moldes de tornar vitorioso aquele que está habilitado para determinado tipo de prova, situaçãoem que não importa o conteúdo mas os macetes da prova; terceiro, só há cursos superiores gratuitos no período diurno. Temos, portanto, que fazer um vestibular adequado a cada região. Aí entra a autonomia de cada instituição decidir se faz vestibular habilitatório, classificatório, unificado, parcial com modelos diferentes para cada faculdade. Elas é que vão decidir.

A maior parte das universidades federais fecha suas portas no final da tarde, o que resulta na ociosidade de grandiosa estrutura e espaço físico. Há algum projeto de aproveitamento desses recursos?

No Brasil, justamente a melhor faixa de renda da população ocupa as universidades públicas

e os estudantes de baixa renda - mesmoque sejam assíduos e inteligentes - ficam sem chance porque durante odia eles têm que trabalhar. As universidades estavam ocupando só 10% de sua capacidade instalada. Então nós estamos acendendo as luzes do campus fazendo com que 1/3 das novas vagas sejam obrigatoriamente à noite. Dentro dessa dimensão social, a UnB, por exemplo, tem quatro cursos noturnos programados e não são cursos para preencher vags, mas cursos de validade significativa. Não



podemos continuar tendo, de cada quatro alunos do ensino superior, apenas um em escola pública e três em particulares.

Professores sem prestígio

Além do nível de dificuldade das provas, outro importante fator de desinteresse pelo cursos ligados ao magistério é a condição econômica e social dos professores. O que o senhor acha que deveria ser feito para resgatar o prestígio dessa profissão?

Tem-se que pagar melhor e exigir mais. Pagando melhor há mais estímulo, exigindo-se mais há melhor desempenho e com isso o professor adquire respeitabilidade na comunidade. É preciso acabar com esse jogo do faz-de-conta: faz de conta que se ensina, faz de conta que se aprende, faz de conta que se paga, faz de conta que se tem um título, faz de conta que esse título vale.

Cerca de 22% dos professores das primeiras séries do 2º grau são leigos. Como o senhor pretende corrigir essa deformação?

Esse é um trabalho que vai exigir todo um plano. Para isso estamos fazendo um Plano Nacional de Educação. Nós não podemos achar que as medidas para a educação são como as chuvas de Brasília: fortes, passageiras. Por isso na questão do alfabetismo vamos fazer um plano, treinar pessoas, repassar recursos aos estados condicionando a que paguem melhor os professores e exijam mais deles. Estamos estudando o aumento do ano letivo não só para 1º e 2º graus, mas também para o ensino superior. Chega de tantos fe-

riados, festas de aniversário das "tias".

Há anos o MEC ensaia um projeto de avaliação dos cursos de graduação. O governo Collor pretende implantar um programa oficial de avaliação do 3º grau?

Para isso contratamos a professora Eunice Durham, pessoa com absoluta qualificação para estimular o projeto de fomento e de avaliação da graduação. Pretendemos ter um trabalho de avaliação permanente e dinâmica junto às universidades, que deverão por sua vez realizar a avaliação de seu próprio desempenho. Estamos resgatando recursos de pesquisa - cerca de 2 bilhões de cruzeiros - que podem ser usados para avaliação dos cursos, se as instituições quiserem.

Eleições para reitor

O senhor diz que a nova proposta para o vestibular vem concretizar a autonomia universitária prevista na Constituição. Antes de ser eleito, o presidente Fernando Collor também afirmou que em seu governo a autonomia não seria uma utopia. Essa autonomia será administrativa e financeira?

Por enquanto nós estamos trabalhando na parte técnica, didática. Mas queremos chegar à autonomia financeira. O ideal é repassarmos os recursos globais e a instituição ter consciência de que tem capacidade para fazer sua gestão, a distribuição do dinheiro. Aí eu espero que acabe o "cortejo de peditórios" aqui na minha porta.

A autonomia chega às eleições diretas para reitor?

A questão da escolha do reitor não é uma grande preocupação para mim. Acho que vai ser decorrente do processo de autonomia. Algumas instituições jpa chegam a me parecer enfatiadas do assembleísmo e do corporativismo. Se as universidade acharem conveniente eleições diretas, se acharem que é o caminho o voto direto, coletivo, essa é uma proposta que vou examinar sem preconceitos.

No recente acordo entre governo e universidades federais para redução de gastos, ficou estabelecido o aumento no número de vagas. O que o senhor recomenda a instituições como as universidades do Acre, Piauí, Maranhão, Pará e Ceará que já enfrentavam graves dificuldades com a falta de docentes e deverão ter mais alunos sem poder contratar novos professores?

Tenho certeza de que se nós fizermos um rigoroso controle, não faltará tanta gente. Não falo em relação ao número de docentes, mas quanto à carga horária. Nós estamos fazendo uma avaliação sobre professores contratados para 40 horas que dão apenas 20 e docentes com dedicação exclusiva que trabalham em três ou quatro lugares. Tenho informações seguras de que há capacidade para cobrir a necessidade das escolas, pois nossa média professor/aluno é de 1/8, sendo que dois terços desse contingente contratados em regime de dedicação exclusiva.

No governo passado, o MEC tinha planos de criar 200 novas escolas técnicas federais e nada foi feito. Qual vai ser a política do seu ministério para o ensino técnico profissionalizante, num país em que a população precisa entrar logo no mercado de trabalho?

Vamos retomar o programa do ensino técnico - Protec. Esse é um programa bom, que foi desestimulado e desativado. Temos atualmente 76 obras não concluídas: 30 delas com cerca de 70% de obra feita; 40 com menos de 40% de obra feita e 4 bilhões de cruzeiros em dívida. Antes de qualquer coisa, portanto, mandamos mensagem ao Congresso para que sejam pagas as dívidas. Além disso, na distribuição dos recursos decorrentes do salário educação estamos propondo mais 4,5 bilhões de cruzeiros para escolas técnicas e agrotécnicas de 1º e 2º graus. Queremos verr esses recursos saírem até meados de setembro para que no ano que vem possamos começar a trabalhar com mais 40 novas escolas.